



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O ENREDO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO REGULAR: O PRISMA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOBRE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM JEQUIÉ/BAHIA

Michelle Gomes Freitas¹
(UESB)

RESUMO

O caminho para uma escola inclusiva e conseqüentemente, para uma Educação Física inclusiva, consiste no reconhecimento de que todos os alunos são diferentes, portanto, demandam receber um tratamento pedagógico que contemple as suas especificidades. O desafio na inclusão de alunos com deficiência está em considerar as suas capacidades e/ou possibilidades em detrimento da limitação e/ou desvantagem. Neste sentido, o objetivo deste estudo, foi de analisar a percepção de alunos com deficiência visual matriculados no ensino regular do município de Jequié/Bahia/Brasil, quanto a sua participação nas aulas de educação física. Para tanto, foi utilizada abordagem qualitativa com base nas representações dos sujeitos pesquisados, *lôcus* da pesquisa: Associação de Jequeense de cegos - AJECE. Fizeram parte da pesquisa cinco alunos matriculados na rede de ensino do município de Jequié e assistidos pela AJECE. Para coleta de dados utilizou-se a entrevista estruturada. Os dados foram coletados no segundo semestre de 2013, e tratados e/ou analisados com suporte na técnica de análise de conteúdo temático, emergindo uma classe temática composta com quatro categorias e uma subcategoria. Evidenciou-se que os sujeitos da pesquisa são dispensados das aulas de educação física, prática altamente excludente. A educação física escolar, no espaço pesquisado está eternizando e/ou reproduzindo a sua própria trajetória de exclusão, evidenciada ainda mais pela indisponibilidade de seus representantes (professores) em mudar e/ou transformar tal cenário.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Visual. Educação Física. Ensino Regular.

¹ Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Campus de Jequié. Endereço Eletrônico: michelle.uesb@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

Incluir um aluno com deficiência visual em uma escola de ensino regular é dar-lhe oportunidade para que possa participar efetivamente das aulas; aspecto positivo, porque a inclusão escolar parte do pressuposto que os alunos com deficiência devem receber o mesmo trato pedagógico que os alunos ditos normais. Entretanto, para que essa inclusão de fato aconteça, a escola e o corpo docente precisam estar aptos e preparados para atuar com alunos que apresentam diferentes e peculiares condições para o aprendizado, como os alunos com deficiência visual. Neste sentido, este preparo tange a questões como o acesso, a permanência e principalmente a metodologias adaptadas para assegurar a participação destes alunos nas aulas, especialmente nas aulas de educação física; porque a perda ou falta de visão não os impedem de participar ativamente e efetivamente das aulas, seja qual for a modalidade de ensino.

De início, a intenção era pesquisar como os professores de educação física incluem os alunos com deficiência visual em suas aulas; no entanto, percebendo que os maiores interessados no processo de inclusão escolar são os alunos, a pesquisa foi direcionada para este público. Contudo, buscando contemplar os pontos chave: educação física - inclusão - ensino regular, a pesquisa foi intitulada: **“O enredo de inclusão e exclusão nas instituições de ensino regular: o prisma de Alunos com Deficiência Visual sobre as aulas de Educação Física em Jequié/Bahia”**. Nomear a pesquisa configurou-se como um estímulo para a descoberta e/ou identificação do problema de pesquisa; que teve como cerne a não participação do aluno com deficiência visual nas aulas de educação física. Para tanto, foi traçada uma questão norteadora: “qual a percepção de alunos com deficiência visual matriculados em escolas de ensino regular do município de Jequié/Bahia/Brasil em relação à sua participação nas aulas de educação física?” Tentando encontrar possibilidades de elucidar este questionamento.

Desenhada a questão norteadora da pesquisa, traçou-se como objetivo: revelar e analisar a percepção de alunos com deficiência visual matriculados no ensino regular do



município de Jequié/Bahia/Brasil, quanto a sua participação nas aulas de educação física.

Por fim, registra-se que a configuração deste trabalho ganhou relevância por permitir o diagnóstico situacional do componente curricular da Educação Física em algumas escolas do município de Jequié que acolhem alunos com deficiência visual.

PERCURSO METODOLÓGICO

Levando em consideração que a pesquisa é uma atividade que parte do pressuposto em esclarecer uma dúvida e/ou uma curiosidade; faz-se necessário, delimitar um caminho ou um método na tentativa de elucidar tal inquietação. E essa estratégia de pesquisa é validada por Mattos (2008, p.26) que sinaliza: “fazer uma pesquisa científica significa investigar assunto de interesse e relevância, observar os acontecimentos, conhecer com profundidade, utilizar métodos científicos, responder às questões que surgem no decorrer do estudo e descobrir respostas”.

Neste sentido, o método foi selecionado de maneira criteriosa; porque foi através deste recurso que os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados. De acordo com Andrade (2001 p.27), “método é o conjunto de procedimentos utilizados na investigação de fenômenos e o caminho para chegar à verdade ou alcançar determinados fins ou objetivos”. Buscou-se então, um método que viabilizasse e dinamizasse a pesquisa - que teve como *lôcus* a compreensão dos sujeitos a cerca dos aspectos de sua inclusão e/ou exclusão nas aulas de educação física. Para tanto, o método utilizado foi à abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa configurou-se como um caminho para a execução desta pesquisa, visto que esta se inseriu na área das ciências sociais e teve em sua composição a complexidade dos processos em educação e a subjetividade dos sujeitos pesquisados.

A escolha de Jequié/Bahia/Brasil como área física da pesquisa, justifica-se pela presença atuante de uma associação de indivíduos que compõe o público investigado, a AJECE - Associação Jequeense de Cegos.



Sobre a composição da amostra, foram convidados a participar voluntariamente da pesquisa, 5 alunos com necessidades educacionais especiais (através do auxílio da AJECE); em específico, com deficiência visual (cegueira e baixa visão), de caráter permanente, decorrente de fatores inatos e/ou adquiridos, que durante as aulas de educação física, demandam de recursos e metodologias pedagógicas adaptadas para a sua deficiência. É preciso destacar que a amostra foi pequena porque infelizmente muitas pessoas com deficiência visual, temendo o preconceito e a discriminação, ainda não estão inseridas na rede regular de ensino; sendo alfabetizadas apenas no sistema Braille, disponível na escola especializada/AJECE. Após esta etapa de identificação, o primeiro contato foi estabelecido com os pais e/ou responsáveis pelos sujeitos da pesquisa; já que 4 eram menores de idade.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi à entrevista estruturada. As entrevistas foram realizadas individualmente, no período que compreendeu a um mês: 20/11 a 20/12/2013. A técnica de tratamento dos dados foi a descritiva. Os dados foram submetidos à técnica de análise de conteúdo, abrangendo a análise temática. Segundo Bardin (2011, p. 44), a técnica de análise de conteúdo, é abarcada como:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relevantes às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (...).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS APREENDIDOS

A entrevista enquanto recurso de apropriação do conteúdo manifesto possibilitou por meio da análise temática, a identificação de quatro categorias: (I) Não Participação, (II) Atividade Desenvolvida durante as Aulas de Educação Física, agregando uma subcategoria: Aptidão, (III) Atividade Física em Outros Espaços e (IV) Vivenciando o Preconceito.

**CATEGORIA I: NÃO PARTICIPAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA (NPAEF)**

Sobre a participação nas aulas de educação física, observou-se que infelizmente todos os alunos pesquisados informaram que são dispensados via formal ou informal das aulas de educação física; e essa dispensa se dá por diversas razões, dentre as mais citadas estão à falta de atividades adaptadas, o caráter de invisibilidade que é empregado a estes alunos, e o temor dos professores em atuar com as necessidades especiais, conforme unidades de análise abstraídas das entrevistas. Enfim, razões inconcebíveis que se configuram em **exclusão** por parte do professor, já que este deveria criar possibilidades de inclusão, apresentando indistintamente a todos os seus alunos, uma educação física justa e acolhedora, que não considera a limitação e a desvantagem e sim as capacidades e potencialidades.

Bem pouco, alias praticamente nunca. Não tem nada pra mim fazer, porque em todas as aulas os meninos ficam jogando bola, mas eu não posso jogar... Aí eu fico do lado de fora da quadra com as meninas; e quando eu levo minha bola adaptada com sino, ninguém joga comigo. Às vezes o professor dá aula na sala, mas eu também não participo. **Aluno A.**

Depois que fiquei cega não, sempre sou dispensada. Lá na minha escola, o professor divide a turma por modalidades, tipo futsal e vôlei; e só tem aula de educação física na quadra. Aí uso o horário para estudar outras coisas... Na verdade, eu gostaria de participar por diversão, mas nunca sou chamada. **Aluna B.**

Freqüento, mas não faço nada. Só tem aula de educação física para os videntes, pra mim, não. Sempre que dá o horário da aula, eu fico batendo papo com alguma colega. Posso dizer, que este ano, ainda não tive uma aula de educação física. O professor nem tenta fazer algo para mim. **Aluna C.**

Palia (2001) pontua que o sucesso do processo de inclusão em qualquer modalidade de ensino está significativamente relacionado ao professor, que precisa apresentar objetivo e atitudes favoráveis a estas propostas; além de buscar conhecimento sobre como trabalhar neste enfoque, e principalmente de se comprometer com as aulas, com os alunos especiais e com os demais; em síntese,



responsabilizando-se efetivamente com o ato de ensinar. Afinal, “os professores têm que conhecer bem a todos os seus alunos e organizar experiências de aprendizagem nas quais todos possam participar e progredir na medida de suas possibilidades” (BLANCO *apud* VERÍSSIMO; 2001, p.9).

Sobre a resistência do professor de educação física ao processo de inclusão, Daolio (2003) expõe:

Vê-se que os professores de educação física sentem dificuldade em se libertar de determinados preconceitos e propor uma prática que propicie as mesmas oportunidades a todos os alunos (...) respeitando as diferenças e os interesses da cada um (p.115).

Então, como conceber a presença de alunos com deficiência nas aulas de educação física, sendo que esta presença, não lhes assegura uma efetiva participação, tais como acontecia com os sujeitos desta pesquisa? Será que estes professores e/ou escolas não conhecem (ou reconhecem) as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) que alerta:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino **não consiste apenas na permanência física** desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades. (grifos nossos).

Portanto, assegurar a inclusão e/ou participação de alunos com deficiência nas aulas de educação física é uma determinação legal, e não uma mera opção metodológica.

Lopes (1996, p.37) acredita que “muitas vezes o aluno é mais deficiente por atitudes de descrédito do que por sua própria condição”. É lamentável e desolador concordar com a percepção do teórico, que embora evidenciada há quase duas décadas, parece tão contemporânea. Entretanto, a metodologia pode ser ressignificada; os professores que atuam nesta perspectiva podem buscar formas e/ou alternativas para



superarem esse medo e reciclarem os seus valores e atitudes, frente ao trabalho junto aos alunos com deficiência.

Conforme argumentações anteriores, percebe-se que o professor de educação física precisa proporcionar a aceitação dos alunos com deficiência em suas aulas, para isso, antes ele precisa romper com os seus próprios preconceitos e estimular os demais alunos a fazerem o mesmo; e isso não basta, também se faz necessário ter um entendimento sobre o tipo de deficiência presente em sua sala de aula, porque desta forma poderá adaptar seus recursos e procedimentos metodológicos, a fim de minimizar ou até mesmo erradicar as dificuldades que possam vir a surgir durante as atividades propostas.

Retomando as declarações dos alunos, desta vez de um ângulo geral, observou-se outros problemas inerentes a educação física “tradicional”, que vão além da exclusão dos alunos com deficiência, tais como: a não participação das meninas, a perpetuação do ‘baba’ e do esporte de rendimento, a privação de alguns conteúdos, e a realização das aulas tão somente na quadra.

Findando a discussão da categoria I, vários foram os fatores da não participação dos alunos com deficiência nas aulas de educação física, sendo que a mais atenuante foi o temor do professor em adaptar recursos e procedimentos metodológicos em prol destes alunos.

CATEGORIA II: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ADAEF)

Na categoria anterior que se referia à participação nas aulas de educação física, todos os cinco alunos, declararam que embora estivessem presentes nas aulas, não participavam. Neste sentido, ficou evidente o cenário que seria encontrado na categoria II que compreendeu (ou deveria compreender) quais eram as atividades desenvolvidas por eles durante essas aulas, as respostas foram:



Só faço alongamento, depois fico do lado de fora, ou então passeando pelo colégio. Ele não inventa nada comigo. **Aluno A.**

Não tem. E também eu acho complicado, porque assim... Eu gostaria de participar, mas entendo que fica chato para os meus colegas, mudar o jogo que eles gostam só para me agradar. **Aluna B.**

Nenhuma. **Alunas C e D.**

Não faço nada, nem vou mais. **Aluna E.**

Conforme exposto acima, as “alunas C, D e E” informaram que não fazem nada; o “aluno A” declarou que contrária a sua vontade, realiza apenas atividades de alongamento, e que logo depois fica passeando pela escola; já a “aluna B” também manifestou desejo em participar das aulas, mas preocupa-se com a reação de seus colegas, já que em seu ponto de vista, ela pode ser um empecilho e/ou impedimento para o cômodo desenvolvimento da aula. Estes depoimentos evidenciaram novamente alguns aspectos como o temor do professor em atuar com as especificidades de seus alunos e o desejo destes, em participar efetivamente das aulas. Todavia, dois novos aspectos emergiram na análise desta categoria: as questões inerentes ao preconceito - a não aceitação - e a necessidade em adaptar as atividades físicas, esportivas e recreativas para estes alunos.

Sobre as questões relacionadas ao preconceito, a discussão será realizada mais a diante, na categoria IV que trata exclusivamente deste ponto. A discussão agora se dá em torno da necessidade em adaptar as aulas de educação física; não o que tange a recursos e procedimentos metodológicos, mas às atividades práticas, tais como jogos, brincadeiras e esportes. Conforme explanado anteriormente, é preciso desvincular o conceito de rendimento do esporte escolar, para isso é preciso agregá-lo valores como o espírito de solidariedade e de cooperação.

E como alternativa para a mudança e/ou reestrutura deste cenário excludente em que a educação física vem se apresentando nas escolas em que os atores sociais desta pesquisa estão inseridos, recomenda-se a educação física “adaptada”, que como a própria nomenclatura define, consiste na adequação da gama de conteúdos presentes em qualquer programa de atividade física (ginástica, dança, jogos e esportes) de forma a



contemplar os alunos com deficiência. Recorrendo a este recurso, os professores não precisaram mais utilizar de artefatos para iludir estes alunos, tal como ocorria com o “aluno A” que só participa das aulas durante o alongamento - atividade que antecede as práticas físicas, esportivas e recreativas, e que tem por finalidade despertar o corpo para tais práticas.

Incluso na educação física adaptada está o esporte adaptado. Nesta concepção, os esportes passam por algumas modificações em relação às modalidades convencionais, a fim de incluir as pessoas com deficiência em suas práticas. Soler (2005; p.176) especifica algumas destas modificações: “alterações em relação ao tempo dos jogos, distâncias a serem nadadas ou corridas, altura das redes entre outras. Contudo, é preciso destacar que essas modificações não descaracterizam as modalidades esportivas e que podem ser atrativas e lúdicas a todos os alunos e não apenas aos que apresentam condição de deficiência”.

Em resumo, a educação física como componente curricular deve pautar a sua ação pedagógica nos fundamentos da inclusão; ou seja, considerar as necessidades e os interesses de todos os seus alunos, oferecendo aos mesmos, subsídios possíveis para que possam experimentar diferentes formas de movimentos corporais; seja através das atividades físicas, esportivas ou recreativas; além de contribuir em seu desenvolvimento global.

Subcategoria: Aptidão (ADAEFa)

Quando investigados sobre qual a atividade que gostam ou que gostariam que fosse desenvolvida com eles nas aulas, conseguiu-se absorver as unidades de análise abaixo registradas:

Eu gosto mesmo de judô, natação e *goallball*. Mas nenhuma dessas tem lá na escola. **Aluno A.**

Eu curto *goallball*. Seria muito maravilhoso, se um dia o professor deixasse jogar. **Aluna B.**

Quando eu era criança eu brincava de boneca, de pega-pega na rua com as crianças videntes, mas depois que cresci não faço quase nada, por isso



seria muito bom se eu pudesse participar das aulas de educação física.

Aluna C.

Jogos com bola. **Aluna D.**

Gosto de natação porque é a única que eu faço, mas eu não nado bem...

Me movimento bem. Eu gostaria de ir para a academia fazer ginástica com a minha mãe. **Aluna E.**

Notou-se que as atividades mais citadas foram o judô, a natação e o *goallball*. Soler (2005; p.176) destaca que o judô e a natação são modalidades esportivas que foram oficialmente adaptadas pelos órgãos esportivos de âmbito nacional e internacional, a fim de, assegurar o acesso e a participação de usuários com deficiência. No caso específico do *goallball*, o teórico registra que esta modalidade esportiva não passou pelo processo de adequação; já que foi criada exclusivamente para as pessoas com deficiência visual, tendo como influência, os fundamentos do futebol e do futsal.

Entretanto a análise feita sobre as unidades de registro despertou uma inquietação: se a educação física escolar proporcionasse a estes alunos, alternativas de atividades - para além dos esportes - como ginástica, jogos, lutas, danças e brincadeiras com caráter lúdico, as respostas poderiam ser outras, não estando tão fechadas à modalidades esportivas (e de rendimento) adaptadas exclusivamente para pessoas com deficiência. Porque a finalidade da educação física escolar não é a de separar alunos com e sem deficiência durante as práticas físicas, e sim a de propor atividades que sejam de interesse e participação de todos; em síntese, sair do convencional para experimentar novas possibilidades de recreação, lazer, cooperação e solidariedade.

Portanto, com a análise desta categoria II e da sua subcategoria, concluiu-se que uma ação docente e/ou escolar que não compreende as adaptações necessárias à educação de todos os seus alunos (com e sem deficiência), é inconcebível; porque na inclusão é a escola que deve se adaptar as diferenças e não o inverso. Soler (2005; p.83) salienta que “no processo inclusivo, a escola transforma a avaliação, a relação professor/aluno e o espaço físico; criando uma nova concepção escolar, capaz de abraçar todas as diferenças e/ou diversidades”. Porque “aluno com necessidades



especiais na aula não deve dar medo, mas se constituir num desafio humano e profissional” (WERNECK, 1999, p.125).

CATEGORIA III: ATIVIDADE FÍSICA EM OUTROS ESPAÇOS (AFOE)

Quanto à participação em programas de atividades físicas fora do ambiente escolar, as unidades de registro foram:

Eu faço judô numa academia e não pago nada (...). É um projeto, tem 08 meses (...), sou atleta com quatro medalhas, tenho até uma de ouro. Vou pra academia uma vez na semana. **Aluno A.**

Eu participo a um ano e meio de um projeto que o professor da Ajece (...), de 2 vezes na semana, eu jogo *goallball* (...) participei de 5 campeonatos, 3 oficiais e 2 extraoficiais. **Aluna B.**

O professor de educação física da Ajece tem um projeto de natação que é realizado lá na Uesb, por causa da piscina. Eu vou 2 vezes na semana, toda terça e toda quinta. Não sei ao certo quanto tempo tem, acredito que uns quatro meses. Mas não sou atleta, nunca participei de competições como alguns dos meus amigos cegos, vou só para me distrair. **Aluna C.**

Sempre que dá eu vou para as aulas de natação na universidade, tem uns quatro meses. **Aluna D.**

De vez eu quando, eu vou para as aulas de natação lá na faculdade. O projeto é do professor da Ajece. **Aluna E.**

Felizmente, o delineamento das respostas deu-se no sentido de quê todos os alunos com maior ou menor frequência, praticam alguma atividade física. Aspecto positivo, porque mesmo a educação física escolar lhes negando, todos os alunos têm acesso à cultura corporal.

Considerando então, que todos os alunos investigados, praticavam atividades físicas fora do ambiente escolar, e graças à influência da escola especializada onde estavam inseridos, a Ajece (já apresentada), tais atividades faziam parte de um programa social de atividades físicas, coordenado e/ou dirigido pelo professor de educação física da Ajece, e este projeto é o “Clube Escolar Paralímpico”, que inclusive possibilitou os “alunos A e B” tornarem-se atletas, já com a conquista de alguns títulos.



O “Clube Escolar Paralímpico” consiste em um projeto do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), ao qual o objetivo é a inserção de pessoas com deficiência em modalidades esportivas adaptadas. No ano de 2013, trinta e quatro projetos de todo país (Brasil) foram inscritos, entretanto somente vinte foram aprovados, dentre estes; o da Ajece - o único da Bahia - elaborado por seu diretor de esportes. O projeto ainda contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Jequié, por meio da Secretaria de Esporte e Lazer (que cedeu o Ginásio Municipal de Esportes) e da Secretaria de Educação e com o apoio pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e também da Diretoria Regional da Educação.

CATEGORIA IV: VIVENCIANDO O PRECONCEITO (VP)

Nas categorias anteriores, ficaram explícitas que os alunos se sentiam excluídos das aulas de educação física. Com posse deste dado, a análise agora será encaminhada no sentido de entender como se configuram estas práticas preconceituosas.

Quando indagados se sofrem preconceito na escola, os alunos contrapuseram:

Não, todo mundo me trata normal, tenho muitos amigos na escola (...), se tiver, só se for do professor, às vezes penso que ele não gosta de mim, porque nunca faço nada. **Aluno A.**

Sim, meus colegas só se aproximam de mim por interesse, quando querem tirar nota boa em algum trabalho; o bom é que não dependo deles para nada, porque ando tudo sozinha na escola, tenho independência (...), não considero nenhum deles meus amigos, são todos colegas. (...) Agora, sobre os professores, não sei se é preconceito, mas percebo que eles têm dificuldade para lidar comigo. **Aluna B.**

Na escola que eu estudava ano passado, eu sofria *bullying*, alguns colegas me chamavam de ceguinha, mas este ano tive que mudar de escola, porque agora sou ensino médio (...), e nesta escola não sofro preconceito, todos me tratam normal (...) às vezes acho até que por ser cega, os meus colegas se aproximam de mim querendo me ajudar, no início do ano mesmo, me levaram para conhecer a escola. **Aluna C.**



Acho que sim, porque não tenho muitas amigas na escola, só na rua da minha casa. As minhas amigas já namoram, só eu que não (...) acho que é porque sou diferente. **Aluna D.**

Tenho poucos amigos na escola, os videntes não se aproximam dos cegos, devem pensar que a cegueira é uma doença que pega (...). Algumas pessoas passam por mim e não falam, porque acham que não estou percebendo elas... Ai eu falo: - bom dia mal educado.

Aluna E.

Observou-se que o “aluno A” declarou que sente preconceito por parte do professor, as “alunas D e E” informaram que o preconceito vem dos colegas, a “aluna B” evidenciou por ambas as partes, professores e colegas; enquanto que a “aluna C” informou que não sofre preconceito. Exceto esta aluna (informação contraditória, já que em outro momento, havia revelado que o professor não adapta as atividades, o que se configura em preconceito por parte dele), todos os demais, declararam que sofrem preconceito no espaço escolar - espaço este, que está evidenciou a diferença como sinônimo de desigualdade - quando na verdade, deveria ser um espaço justo e acolhedor.

Ribas (1996, p.64) adverte:

O preconceito com relação a pessoas com deficiência vem muitas vezes imbuído de um sentimento de negação, ou seja, a deficiência é vista apenas como limitação ou como incapacidade. A sociedade, embora tenha um discurso que prega a inclusão social de pessoas com deficiência, ainda vê essas pessoas pelo que não têm, ou pelo que não são. Não nos acostumamos a olhar os sujeitos que têm deficiência pelo que têm ou pelo que são. Nesta medida, [...] a pessoa com deficiência visual é aquela que não enxerga.

Compartilhando da opinião de Soler (2005), acredita-se que mudar esta realidade escolar preconceituosa, depende exclusivamente do esforço de pessoas comprometidas com o processo educacional. Neste contexto, o papel do professor seja qual for à modalidade de ensino é o de criar mecanismos para que todos os alunos possam se beneficiar de suas aulas.

Enfim, defende-se uma educação física que no âmbito escolar esteja preparada para atuar junto a todos os alunos, especialmente aos que apresentam condição de



deficiência. Porque incluí-los não deve representar um fardo ou uma mera obrigação respaldada por lei, e sim um processo justo e muito esperado por estes alunos.

CONCLUSÕES

O propósito da pesquisa estava em desvelar se alunos com deficiência visual matriculados em escolas de ensino regular (sejam estas, públicas ou privadas) eram efetivamente incluídos - quanto à participação, e não somente a presença física - nas aulas de educação física. No entanto, dada à perspectiva que diferença não é sinônimo de desigualdade, os resultados da pesquisa foram extremamente inconcebíveis. Todos os alunos investigados declararam que apesar do interesse, não participam das aulas de educação física, atribuindo esta infeliz realidade aos professores que não se atêm em adaptar as metodologias de ensino e as atividades práticas (físicas, esportivas, recreativas) a suas especificidades.

A condição de deficiência dos alunos configurou-se no espaço da pesquisa (escolas de Jequié/Bahia/Brasil) como impedimento ou privação para a participação nas aulas de educação física. Desta forma, concluiu-se que estes alunos, estão tendo o seu direito - respaldado em lei - de acesso a educação, NEGADO. A educação física escolar, pelo menos, neste espaço está perpetuando e/ou reproduzindo a sua própria trajetória de exclusão, evidenciada ainda mais pela indisponibilidade de seus representantes (professores) em mudar e/ou transformar tal cenário.

Enfim, os professores de educação física (bem como, de outras modalidades de ensino) que atuam nesta perspectiva excludente precisam urgentemente ressignificar a sua ação pedagógica, precisam compreender que o destaque do aluno com deficiência sempre deve ser as suas possibilidades e capacidades e não a sua limitação ou desvantagem.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para Educação Básica**. Brasília, DF, 2010.
- DAOLIO, Jocimar. **Cultura, educação física e futebol**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LOPES FILHO, J. G. G.; BETINJANE, A. J.; CARVALHO, C. A. de. **Perimetria automatizada em pacientes com glaucoma congênito primário**. *Arquivo Brasileiro de Oftalmologia*, 2007, v.70, n. 1, p.37-40.
- MATTOS, Mauro Gomes de. **Metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigos e projetos** / Mauro Gomes de Mattos, Adriano José Rossetto Júnior, Shelly Blecher. 3 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Phorte, 2008.
- PALIA, Ana Cláudia. **Atitudes de professores e estudantes de educação física em relação à proposta de ensino inclusivo**. Rio Claro; Dissertação - Mestrado, UNESP, 2001.
- RIBAS, João Baptista Cintra. **Viva a diferença: convivendo com nossas restrições ou deficiências**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- SOLER, Reinaldo. **Educação física inclusiva: em busca de uma escola de plural**. Rio de Janeiro, Sprint Editora, 2005.
- VERÍSSIMO, Hildemar. **Inclusão: a educação da pessoa com necessidades educativas especiais**. Velhos e Novos Paradigmas. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ano 7, nº 18, p.6-10, 2001.
- WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.